



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31400057552

Código da Natureza Jurídica

2143

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - ENGECOOP-MG
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J193171806225

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	006			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2005	1	SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

BELO HORIZONTE

Local

10 Junho 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

NÃO

_____/_____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7344787 em 12/06/2019 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - ENGECOOP-MG, Nire 31400057552 e protocolo 192495364 - 10/06/2019. Autenticação: B91965509120888CEE26851E1A4811E1A8B1CA0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/249.536-4 e o código de segurança qZqN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/249.536-4	J193171806225	10/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
359.876.696-34	JUNIA MARCIA BUENO NEVES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA -
ENGELOOP-MG**

CNPJ nº 30.511.391/0001-70 – NIRE nº 31400057552

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cooperativa de Trabalho de Engenharia e Agronomia - ENGELOOP-MG, realizada no dia 28 de março de 2019.

1 – DATA, HORÁRIO E LOCAL

No dia 28 do mês de março do ano de 2019, às 17:00 horas em primeira convocação, na sede da ENGELOOP-MG, localizada na Av. Álvares Cabral, nº 1.600, Bairro Santo Agostinho, 9º andar, em Belo Horizonte/MG, CEP. 30170-917, realizou-se as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cooperativa de Trabalho de Engenharia e Agronomia - ENGELOOP-MG.

2 – CONVOCAÇÃO

As Assembleias foram convocadas de forma tríplice, mediante edital afixado na sede da ENGELOOP-MG, comunicação aos associados por meio de circulares e publicação de edital de convocação no jornal “Diário do Comércio”, edição nº 23.912, do dia 15 de março de 2019, na página 10.

3 – PRESENCAS

Estiveram presentes 25 (vinte e cinco) cooperados, conforme assinaturas constantes no Livro de presença das Assembleias Gerais, realizando-se em 1ª convocação, esclarecendo que nesta data é de 43 (quarenta e três) o número de associados em condições de votar.

4 – ABERTURA E COMPOSIÇÃO DA MESA

A presidente da ENGELOOP-MG, Júnia Márcia Bueno Neves, agradeceu a presença de todos e convidou o Vice-Presidente Paulo Henrique Francisco



dos Santos e o Coordenador do Comitê Eleitoral, Sérgio Márcio dos Reis para comporem a mesa, e em seguida fez a leitura do Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária.

Júnia Márcia Bueno Neves – Presidente do Conselho de Administração;
Paulo Henrique Francisco dos Santos - Vice-Presidente do Conselho de Administração e Sérgio Márcio dos Reis - Coordenador do Comitê Eleitoral.

5 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - DELIBERAÇÕES

Foram aprovadas por unanimidade os seguintes itens da pauta:

I - primeiro item da pauta: o relatório da gestão, o balanço geral, o demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal e o plano de atividade da Cooperativa para o exercício de 2019.

II - segundo item da pauta: “Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso as parcelas para os Fundos Obrigatórios”. Como a Cooperativa foi constituída no ano de 2017 e sua abertura no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil ocorreu em 16/05/2018, ainda não teve faturamento ou receita, sobras e despesas, em razão dos cooperados ainda não terem prestado serviços, portanto, não há o que aprovar neste assunto.

III - quinto item da pauta: “Definição da Taxa de Administração e da Taxa de Manutenção”, foi deliberado à unanimidade que a Taxa de Administração será de 10% (dez por cento) incidente sobre a remuneração bruta recebida dos contratantes pelos serviços prestados pelo cooperado, e de Taxa de Manutenção de R\$ 20,00 (vinte reais) mensais que será pago



pelo cooperado pessoa física e R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais que será pago pelo cooperado pessoa jurídica, independentemente do cooperado prestar serviços. O pagamento da taxa de manutenção terá início a partir do mês de abril do ano de 2019, vencendo sempre no 5º (quinto) dia útil de cada mês, com início no dia 05 de abril de 2019. A forma de pagamento será por meio de depósito bancário. Ocorrendo atraso no pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido, mais atualização monetária pelo IGP-M ou outro índice substituto e juros de mora de 0,033% ao dia, limitado a 1% (um por cento) ao mês.

IV - sexto item da pauta: “Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal”, foi decidido à unanimidade que nesta assembleia não serão fixados os valores, em razão da Cooperativa no momento não possuir condições financeiras de arcar com tais pagamentos, e que quando houver condições financeiras será deliberado em assembleia geral os valores que serão fixados.

V - ELEIÇÕES:

Terceiro item da pauta: eleição de três componentes do Conselho de Administração em razão de três renúncias, cujos mandatos serão o equivalente ao tempo restante dos mandatos anteriores. Cumpre informar que houve o registro de chapa única, e eleitos os seguintes cooperados, com 24 (vinte e quatro) votos a favor e uma abstenção:

Diretor Administrativo e Financeiro: **Roberto Carlos do Nascimento**, brasileiro, nascido em 02/03/1947, casado, Engenheiro Mecânico, C.I. nº M-1.493.164, SSP/MG, CPF nº 087.467.296-15, residente e domiciliado na Rua Martim Francisco, 506, aptº 101, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.441-127.



Diretor de Operações: **Werner Cançado Rohlf**s, brasileiro, nascido em 02/10/1953, casado, Engenheiro Civil, C.I. nº M-155.882, SSP/MG, CPF nº 143.234.006-91, residente e domiciliado na Rua Jornalista Djalma Andrade, 1.567, Bairro Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.320-540.

Diretor de Planejamento: **Ricardo Luiz Rodrigues da Silva**, brasileiro, nascido em 29/10/1960, casado, Engenheiro Metalurgista, C.I. nº M-749.581, SSP/MG, CPF nº 375.284.086-20, residente e domiciliado na Rua Muzambinho, 62, aptº 701, Bairro Anchieta, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.310-498.

Quarto item da pauta: eleição do Conselho Fiscal. É importante salientar que a assembleia de constituição da ENGECOOP-MG e a primeira eleição do Conselho Fiscal ocorreram no dia 14 de fevereiro de 2017, e que o mandato terminou um ano após, ou seja, em 14 de fevereiro de 2018, e que até então não foi realizada outra eleição para o Conselho Fiscal.

Feito acima os esclarecimentos necessários, cumpre informar que houve o registro de chapa única, e eleitos os seguintes cooperados, com 24 (vinte e quatro) votos a favor e uma abstenção, cujos mandatos vencerão em 28 de março de 2020:

Conselheiros Fiscais Efetivos:

Aguinaldo Vieira Maciel, brasileiro, nascido em 23/12/1959, solteiro, Engenheiro Civil, C.I. nº 33409, SSP/MG, CPF nº 319.781.776-15, residente e domiciliado na Rua Tabelião Ferreira de Carvalho, 758, aptº 301, Bairro Cidade Nova, Belo Horizonte/MG, CEP. 31.170-180.

Érika Esteves Lasmar, brasileira, nascida em 18/07/1966, união estável, Engenheira Eletricista, C.I. nº M-3.346.850, SSP/MG, CPF nº



715.183.206-00, residente e domiciliada na Rua Dr. Helvécio Arantes, 121, aptº 302, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.380-465.

Roberta Oliveira Porto, brasileira, nascida em 19/08/1991, solteira, Engenheira Civil, C.I. nº 1391291972, SSP/BA, CPF nº 043.293.485-51, residente e domiciliada na Avenida Bias Fortes, 1.396, aptº 46, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.170-012.

Conselheiros Fiscais Suplentes:

Arlton Carlos Mendonça Badaró, brasileiro, nascido em 29/08/1954, divorciado, Engenheiro Mecânico, C.I. nº MG 5431141, SSP/MG, CPF nº 109.853.525-15, residente e domiciliado na Rua Geraldo Menezes Soares, 822, Bairro Sagrada Família, Belo Horizonte/MG, CEP. 31.030-440.

Flávia Mourão Parreira do Amaral, brasileira, nascida em 24/05/1958, casada, Engenheira Civil, C.I. nº M-1.012.986, SSP/MG, CPF nº 494.633.906-00, residente e domiciliada na Rua Califórnia, 900, Aptº 403, Bairro Sion, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.315-500.

José Eduardo Horta Brêtas, brasileiro, nascido em 02/12/1954, casado, Engenheiro Civil, C.I. nº M-167.186, SSP/MG, CPF nº 227.448.436-87, residente e domiciliado na Rua Juvenal dos Santos, 60, aptº 101, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.380-530.

Nada tratado em outros assuntos foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária e deu-se início à Assembleia Geral Extraordinária.

6 – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - DELIBERAÇÕES

A presidente utilizando-se de retroprojektor apresentou todas as alterações que foram submetidas à aprovação dos cooperados. Os seguintes itens da pauta foram aprovados por unanimidade:



I - reforma estatutária.

II - ampliação do objeto social da Cooperativa.

7 – ENCERRAMENTO

A presidente do Conselho de Administração da ENGELOOP-MG, abordou os aspectos sociais, políticos e econômicos no cenário nacional, que segundo o seu entendimento, são favoráveis ao desempenho da Cooperativa.

Nada mais havendo tratar, a presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerradas as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária cuja ata, lida e achada conforme, vai assinada pela presidente e pelos cooperados indicados e por quantos mais que desejaram fazê-lo.

A presente ata é cópia fiel e autêntica da que se encontra lavrada em livro próprio.

Cooperados indicados para a assinatura da Ata:

Dennis de Oliveira Ayes, CPF nº 008.569.246-87; Francisco José Diniz Leão, CPF nº 232.096.316-20; Júlio César Paiva do Paço, CPF nº 541.038.516-00; Marcos Túlio Melo, CPF nº 130.866.186-04 e Newton Reis de Oliveira Luz, CPF nº 296.833.437-91.

Júnia Márcia Bueno Neves
Presidente





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/249.536-4	J193171806225	10/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
359.876.696-34	JUNIA MARCIA BUENO NEVES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7344787 em 12/06/2019 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - ENGECOOP-MG, Nire 31400057552 e protocolo 192495364 - 10/06/2019. Autenticação: B91965509120888CEE26851E1A4811E1A8B1CA0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/249.536-4 e o código de segurança qZqN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/39



ESTATUTO DA COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - ENGELOOP-MG

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL

Art. 1º. A Cooperativa de Trabalho de Engenharia e Agronomia - ENGELOOP-MG, constituída no dia 14 de fevereiro de 2017, rege-se pelos valores e princípios do cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este Estatuto, tendo:

- a) sede administrativa situada na Avenida Alvares Cabral, 1600, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e foro jurídico na Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
- b) área de admissão de cooperados abrangendo os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Bahia e Distrito Federal, podendo atuar em todo o território nacional;
- c) prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único: A cooperativa somente poderá entrar em funcionamento após o registro na OCEMG, conforme determinação do art. 6º, inciso XI da Lei Estadual 15.075/04”.

CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

Art. 2º. A Cooperativa com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados, tem por objeto social, executar serviços de engenharia, agronomia, em todas as suas modalidades inseridas no Sistema CONFEA-CREA, bem como de arquitetura, urbanismo, designer, geologia, geografia e meteorologia, podendo para o cumprimento do objeto social executar os serviços abaixo descritos: supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento e especificação; projetos arquitetônicos, hidrosanitários, elétricos, cálculo estrutural, prevenção e combate a incêndio, projetos planialtimétricos, sondagens e segurança do trabalho; estudos de viabilidade técnico-econômico e ambiental; assistência, assessoria, consultoria técnica e serviços técnicos; vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, parecer técnico, auditoria e arbitragem; direção de obras ou serviços técnicos; assistência, assessoria e consultoria; desempenho de cargo ou função técnica; treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica e extensão; gestão, supervisão, coordenação e orientação técnica; coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação; elaboração de orçamento; padronização, mensuração e controle de qualidade; execução de obra ou serviço técnico; fiscalização de obra ou serviço técnico; produção técnica e especializada; condução de serviço técnico; condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; operação, manutenção de equipamento e instalação; execução de desenho técnico;



projetos, consultoria e gestão de suprimento, logística, transporte e mobilidade urbana; planejamento urbano; estudos de impacto de vizinhança – EIV; estudos de impacto ambiental - EIA/RIMA/RCA/PCA; projetos de recuperação de áreas degradadas – PRAD; relatórios técnicos de análise de sustentabilidade de projetos; programas para construção sustentável; planos municipais de saneamento básico – PMSB; planos de recuperação de bacias hidrográficas; programas de monitoramento de qualidade ambiental; projeto arquitetônico de edificação ou de reforma de edificação; projeto arquitetônico de monumento; coordenação e compatibilização de projeto arquitetônico com projetos complementares; relatório técnico de arquitetura referente a memorial descritivo, caderno de especificações e de encargos e avaliação pós-ocupação; desempenho de cargo ou função técnica concernente à elaboração ou análise de projeto arquitetônico; projeto de arquitetura de interiores; projeto de arquitetura e recuperação paisagística; projeto e execução de intervenção no patrimônio histórico cultural e artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades; coordenação da compatibilização de projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico com projetos complementares; direção, condução, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico; inventário, vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo e parecer técnico, auditoria e arbitragem em obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico; desempenho de cargo ou função técnica referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico; coordenação de equipe multidisciplinar de planejamento concernente a plano ou traçado de cidade, plano diretor, plano de requalificação urbana, plano setorial urbano, plano de intervenção local, plano de habitação de interesse social, plano de regularização fundiária e de elaboração de estudo de impacto de vizinhança; realizar estudos, desenvolver e fabricar materiais de construção civil; BIM Manager, serviços de engenharia de eficiência energética; elaboração de Programas de Prevenção de Riscos Ambientais, Programas de Gerenciamento de Riscos, Programas de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, Perfis Profissiográficos Previdenciários e Programas de Riscos Ergonômicos; realização de medições técnicas, levantamentos ambientais e de ergonomia; ministrar cursos, treinamentos e palestras.

§ 1º. Além das atividades elencadas no *caput* deste artigo, a ENGELOOP-MG buscará:

- a)** fortalecer e atualizar permanentemente os cooperados, através do compartilhamento de conhecimentos, agendas de cursos, etc.;
- b)** fortalecer as relações negociais existentes entre os cooperados;



- c)** fomentar a produtividade de seus cooperados, com base no desenvolvimento social e institucional da ENGELOOP-MG, bem como a formação e a capacitação profissional;
- d)** contribuir para o aumento da competitividade dos cooperados, mediante o oferecimento de produtos e serviços originários de pesquisas, desenvolvimento, produção e difusão de tecnologias;
- e)** contratar serviços para seus cooperados em condições e preços convenientes;
- f)** fornecer assistência necessária aos cooperados, para melhor execução dos serviços;
- g)** organizar o trabalho de modo a bem aproveitar a capacidade dos cooperados, distribuindo-os conforme suas aptidões e capacitação;
- h)** realizar em benefício dos cooperados que tenham interesse, seguro de vida coletivo, de acidente de trabalho e outros;
- i)** proporcionar serviços jurídicos através de convênio com escritórios de advocacia;
- j)** promover e/ou realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social e para terceiros;
- k)** adquirir os bens necessários para a realização das ações e operações propostas.

§ 2º. A ENGELOOP-MG poderá firmar convênios, parcerias e/ou contratos com empresas públicas, privadas e sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, visando cumprir o objeto social da Cooperativa, tornar-se sócia de pessoa jurídica diversa, bem como participar de consórcios empresariais.

§ 3º. A ENGELOOP-MG poderá filiar-se a centrais ou federações de cooperativas.

CAPÍTULO III DOS COOPERADOS

a) ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Art. 3º. Poderá associar-se à Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique às atividades objeto desta sociedade, como os engenheiros de todas as modalidades, nos termos da legislação vigente, arquiteto, design interior, os tecnólogos e técnicos listados por área de atuação no parágrafo 3º deste artigo, dentro da área de admissão da Cooperativa, podendo dispor livremente de si e de seus bens, sem prejudicar os interesses e objetivos da Cooperativa, nem colidir com os mesmos.

§ 1º. A admissão de sócios na cooperativa estará limitada consoante às possibilidades de reunião, abrangência das operações, controle e prestação de serviços e congruente com o objeto estatuído.

§ 2º. O quadro de sócios na Cooperativa de Trabalho não poderá ser inferior a 07 (sete) pessoas físicas.

§ 3º. TECNÓLOGOS: Tecnólogos em Ambiente e Saúde: Gestão Ambiental, Gestão de Recursos Hídricos, Gestão de Resíduos Sólidos, Saneamento



Ambiental. Tecnólogos em Controle e Processos Industriais: Automação Industrial, Eletrônica Industrial, Eletrotécnica Industrial, Energias Renováveis, Gestão da Produção Industrial, Manutenção de Aeronaves, Manutenção Industrial, Mecânica de Precisão, Mecatrônica Industrial, Processos Metalúrgicos, Refrigeração e Climatização, Sistemas Automotivos, Sistemas Elétricos e Soldagem. Tecnólogos em Gestão e Negócios: Gestão da Qualidade, Gestão de Cooperativas, Logística e Processos Gerenciais. Tecnólogos em Informação e Comunicação: Agrocomputação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Defesa Cibernética, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão de Telecomunicações, Redes de Computadores, Redes de Telecomunicações, Segurança da Informação, Sistemas de Telecomunicações, Sistemas Embarcados, Sistemas para Internet e Telemática. Tecnólogos em Infraestrutura: Agrimensura, Construção de Edifícios, Controle de Obras, Estradas, Geoprocessamento, Gestão Portuária, Material de Construção, Obras Hidráulicas, Pilotagem Profissional de Aeronaves, Sistemas de Navegação Fluvial, Transporte Aéreo e Transporte Terrestre. Tecnólogos em Produção Alimentícia: Agroindústria. Tecnólogos em Produção Cultural e Design: Conservação e Restauro e Design de Interiores. Tecnólogos em Produção Industrial: Biocombustíveis, Cerâmica, Construção Naval, Fabricação Mecânica, Papel e Celulose, Petróleo e Gás, Polímeros, Processos Químicos, Produção de Vestuário, Produção Gráfica, Produção Joalheira, Produção Moveleira, Produção Sucroalcooleira e Produção Têxtil. Tecnólogos em Recursos Naturais: Agroecologia, Gestão do Agronegócio, Aquicultura, Beneficiamento de Minérios, Exploração Recursos Minerais, Irrigação e Drenagem, Mineração e Produção Pesqueira. Tecnólogos em Segurança: Gestão de Segurança Privada e Segurança no Trabalho.

TÉCNICOS: Civil: Técnico em Construção Civil, Técnico em Desenho de Construção Civil, Técnico em Desenho de Projetos, Técnico em Edificações, Técnico em Estradas Técnico em Estradas e Pontes, Técnico em Hidrologia, Técnico em Saneamento, Técnico em Transportes Rodoviários, Técnico em Meio Ambiente, Técnico Desenhista de Arquitetura, Técnico em Decoração, Técnico em Maquetaria, Técnico em Trânsito, Técnico em Construção Civil e Técnico em Portos, Técnico de Segurança do Trabalho. Elétrica: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Automação Industrial Eletrônica, Técnico em Eletricidade, Técnico em Eletromecânica, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrônica – Telecomunicações, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Informática Industrial, Técnico em Instrumentação, Técnico em Microinformática, Técnico em Proteção Radiológica, Técnico em Telecomunicações, Técnico em Telefonia, Técnico em Mecatrônica, Técnico em Eletroeletrônica, Técnico em Manutenção de Computadores, Técnico em Redes de Comunicação, Técnico em Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, Técnico em Rede de Computadores e Técnico em Equipamentos Biomédicos. Mecânica: Técnico Desenhista de Máquinas,



Técnico em Aeronáutica, Técnico em Aeronaves, Técnico em Automobilística, Técnico em Calçados, Técnico em Construção de Máquinas e Motores, Técnico em Construção Naval, Técnico em Estruturas Navais, Técnico em Fundição, Técnico em Manutenção de Aeronaves, Técnico em Máquinas, Técnico em Máquinas e Motores, Técnico em Máquinas Navais, Técnico em Mecânica, Técnico em Mecânica de Precisão, Técnico em Metalurgia, Técnico em Náutica, Técnico em Operações de Reatores, Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, Técnico em Siderurgia, Técnico em Soldagem, Técnico em Usinagem Mecânica, Técnico Naval, Técnico em Metrologia, Técnico em Qualidade e Produtividade, Técnico em Tecnologias Finais do Gás, Técnico em Desenho de Projetos – Mecânica, Técnico em Montagem e Manutenção de Sistemas de Gás combustível, Técnico em Móveis e Técnico em Manutenção Automotiva. Minas e Geologia: Técnico em Geologia, Técnico em Mineração e Técnico em Perfuração de Poços. Agrimensura: Técnico em Agrimensura, Técnico em Fotogrametria, Técnico em Geodésia e Cartografia, Técnico em Topografia e Técnico em Geomensura. Arquitetura: Técnico Desenhista de Arquitetura, Técnico em Decoração, Técnico em Maquetaria e Técnico em Paisagismo. Outras modalidades: Técnico em Nutrição e Dietética e Técnico em Qualidades e Design de Interiores (profissional de nível médio – o técnico em design de interiores prestará assessoria técnica específica na área de interiores nos setores comerciais e industriais, assim como elaborar e gerenciar projetos de interiores de baixa complexidade, visando a estética e o bem-estar, fazendo uso de equipamento mobiliário seriado).

Art. 4º. Para associar-se, o interessado preencherá a Ficha Cadastral de Matrícula de Cooperados, com a assinatura dele e de mais duas testemunhas, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se, conforme normas constantes do Estatuto Social da Cooperativa.

§ 1º. A Cooperativa no ato da admissão do cooperado fornecerá um manual básico sobre o cooperativismo e poderá ministrar um curso básico de cooperativismo por si ou por outra entidade.

§ 2º. Concluído o curso, o Conselho de Administração analisará a proposta de admissão e, se for o caso, a deferirá, devendo então o interessado subscrever quotas-parte do capital, nos termos deste Estatuto, e assinar o Livro de Matrícula.

§ 3º. A subscrição das quotas-parte do Capital Social e a assinatura no Livro de Matrícula complementam a sua admissão na Cooperativa.

Art. 5º. Poderão ingressar na Cooperativa, excepcionalmente, pessoas jurídicas que satisfaçam as condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo único. A representação da pessoa jurídica junto à Cooperativa se fará por meio de pessoa natural especialmente designada, mediante instrumento específico que, nos casos em que houver mais de um representante, identificará os poderes de cada um.



Art. 6º. Cumprido o que dispõe o art. 4º do Estatuto Social, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 7º. São direitos do cooperado, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

- a) participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou às Assembleias Gerais, medidas de interesse da Cooperativa;
- c) solicitar a sua demissão da Cooperativa quando lhe convier;
- d) solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) solicitar informações sobre as atividades da Cooperativa, e, a partir da data de publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperado na sede da Cooperativa.
- f) Retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas.
- g) Duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários.
- h) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- i) Repouso anual remunerado.
- j) Retirada para o trabalho noturno superior à do diurno.
- k) Adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas.
- l) Seguro acidente de trabalho.

§ 1º. A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos cooperados, referidas na alínea “b” deste artigo, deverão ser apresentadas ao Conselho de Administração com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e constar do respectivo Edital de Convocação.

§ 2º. Não se aplica o disposto nas letras “h” e “i” do caput deste artigo nos casos em que as operações entre o sócio e a cooperativa sejam eventuais, salvo decisão assemblear em contrário.

§ 3º. As propostas subscritas por pelo menos 1/5 (um quinto) dos cooperados, serão obrigatoriamente levadas pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, e, não o sendo, no prazo de 30 (trinta) dias, poderão ser apresentadas diretamente pelos cooperados proponentes.

Art. 8º. São deveres do cooperado, além de outros que a Assembleia Geral venha a instituir:

- a) subscrever e integralizar as quotas-parte do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;



- b)** cumprir com as disposições da lei, do Estatuto, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;
- c)** satisfazer pontualmente seus compromissos com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- d)** realizar com a Cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;
- e)** prestar à Cooperativa informações relacionadas com as atividades que lhe facultaram se associar;
- f)** cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizou com a Cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;
- g)** prestar à Cooperativa esclarecimentos sobre as suas atividades;
- h)** manter atualizado junto à Cooperativa todos os seus dados cadastrais solicitados na Ficha Cadastral de Matrícula de Cooperados; tais como o endereço completo, estado civil (inclusive no caso de existência união estável, ou alteração no regime de bens caso seja casado), endereços físico e eletrônico e números de telefones para contato;
- i)** levar ao conhecimento do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei, o Estatuto;
- j)** zelar pelo patrimônio material e moral da Cooperativa.
- k)**

Art. 9º. O cooperado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber, guardada a proporção de sua participação nas mesmas operações.

Art. 10. Os herdeiros do cooperado falecido têm direito ao capital integralizado e demais créditos pertencentes ao *de cujus*.

b) DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 11. A demissão do cooperado dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da Cooperativa, e não poderá ser negado.

Art. 12. A eliminação do cooperado será dada em virtude de infração de lei, deste Estatuto Social, após duas advertências escritas.

§ 1º. A Conselho de Administração poderá eliminar o cooperado que:

- a)** mantiver qualquer atividade que conflite com o objeto social da Cooperativa;
- b)** deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na Cooperativa;
- c)** deixar de realizar com a Cooperativa as operações que constituem seu objeto social, se demandado.

§ 2º. No caso do disposto na alínea “c” do parágrafo primeiro deste artigo, o cooperado que deixar, por vontade própria, de realizar junto a



cooperativa a prestação de serviços que constituem seu objeto social e a ele demandados por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos ou 120 (cento e vinte) dias intercalados num período de 02 (dois) anos, será automaticamente eliminado.

§ 3º. Cópia autêntica da decisão da eliminação será remetida ao cooperado, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 4º. Se a correspondência, referida no parágrafo anterior retornar mais de 03 vezes à cooperativa sem que haja a ciência pelo cooperado eliminado, a referida comunicação poderá ser feita por publicação em jornal que abranja a área de admissão de cooperados.

§ 5º. O cooperado eliminado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da notificação, interpor recurso que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral.

§ 6º. No caso do parágrafo quarto deste artigo, o prazo de 30 (trinta) dias para recurso à Assembleia Geral pelo cooperado eliminado iniciará no dia da publicação em jornal da referida eliminação.

Art. 13. A exclusão do cooperado será feita:

- a) por dissolução da pessoa jurídica;
- b) por morte da pessoa física;
- c) por incapacidade civil não suprida;
- d) por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.
- e)

Art. 14. O ato de exclusão do cooperado, nos termos da alínea “d” do artigo anterior, será efetivado por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Presidente na Ficha Cadastral de Matrícula de Cooperados, devendo ser aplicado o disposto nos parágrafos terceiro, quarto, quinto e sexto do artigo 12 deste estatuto.

Art. 15. Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o cooperado só terá direito à restituição do capital que integralizou, devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados, não lhe cabendo nenhum outro direito.

§ 1º. A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigido depois de aprovado, pela Assembleia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperado tenha sido desligado da Cooperativa.

§ 2º. O Conselho de Administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição do capital integralizado pelo cooperado seja feita em até 10 (dez) parcelas, a partir do exercício financeiro posterior ao em que se deu o desligamento.

§ 3º. No caso de morte do cooperado, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial.



§ 4º. Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de cooperados em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardem a sua continuidade.

§ 5º. No caso de readmissão do cooperado, ele deverá integralizar as quotas-parte de capital social de acordo com as disposições previstas no Estatuto vigente à época.

Art. 16. Os atos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperado com a Cooperativa, sobre cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir.

Art. 17. Os deveres de cooperados demitidos, eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembleia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

CAPÍTULO IV DO CAPITAL

Art. 18. O capital da Cooperativa, representado por quotas-parte, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-parte subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$700,00 (setecentos reais)

§ 1º. O capital é subdividido em quotas-parte no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma.

§ 2º. A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperados, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no Livro de Matrícula.

§ 3º. A transferência de quotas-parte entre cooperados, total ou parcial, será escriturada no Livro de Matrícula mediante termo que contenha as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa.

§ 4º. O cooperado deve integralizar as quotas-parte à vista, ou caso o Conselho de Administração aprove, em parcelas periódicas, devendo o referido órgão de administração estabelecer o número e dia de vencimento para pagamento das parcelas.

§ 5º. Para efeito de integralização de quotas-parte ou de aumento do capital social, a Cooperativa poderá receber bens, desde que avaliados previamente, e feita homologação da Assembleia Geral.

Art. 19. O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperado, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a 10 (dez) quotas-partes, sendo defeso ao associado subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes.



CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL

a) DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 20. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 21. A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente.

§ 1º. Poderá também ser convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º. Não poderá votar na Assembleia Geral o cooperado que tenha sido admitido após a convocação.

Art. 22. Em qualquer das hipóteses referidas no artigo 21, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de **10 (dez) dias**, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.

Art. 23. O *quorum* para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperados, em primeira convocação;
- b) metade mais um dos cooperados, em segunda convocação;
- c) 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em terceira convocação, exigida a presença de, no mínimo, 4 (quatro) sócios para as cooperativas que possuam até 19 (dezenove) sócios matriculados.

§1º. Para efeito de verificação do *quorum* de que trata este artigo, o número de cooperados presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de Matrícula, apostas no Livro de Presença.

§ 2º. Constatada a existência de *quorum* no horário estabelecido no Edital de Convocação, o Presidente instalará a Assembleia, tendo encerrado o Livro de Presença mediante termo que contenha a declaração do número de cooperados presentes, da hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados para a respectiva ata.

Art. 24. Não havendo *quorum* para instalação da Assembleia Geral, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo único. Se ainda assim não houver *quorum* para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a Cooperativa.

Art. 25. Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar:



- a) a denominação da Cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, seguidas da expressão “Convocação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária”, conforme o caso;
- b) o dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será o da sede social;
- c) a sequência ordinal das convocações;
- d) a Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) o número de cooperados existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do *quorum* de instalação;
- f) data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º. No caso da convocação da Assembleia Geral ser feita por cooperados, o Edital será assinado, no mínimo, por 2 (dois) signatários do documento que a solicitou.

Art.26. A notificação dos sócios para participação das assembleias será pessoal e ocorrerá com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização.

§ 1º. Na impossibilidade de notificação pessoal, a notificação dar-se-á por via postal, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.

§ 2º. Na impossibilidade de realização das notificações pessoal e postal, os sócios serão notificados mediante edital afixado na sede e publicado em jornal de grande circulação na região da sede da cooperativa ou na região onde ela exerça suas atividades, respeitada a antecedência prevista no caput deste artigo.

Art. 27. É da competência das Assembleias Gerais Ordinárias ou Extraordinárias a destituição dos membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.

§ 1º. Ocorrendo a vacância de cargo de conselheiro de administração ou fiscal, por morte ou invalidez permanente, renúncia, destituição, não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social, patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa, salvo aquelas que visem ao exercício do próprio mandato, desligamento do quadro de associados da Cooperativa, ou diplomação pelo respectivo tribunal ou junta eleitoral em cargo público eletivo, que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da Cooperativa, os membros restantes dos órgãos de administração e fiscalização, em conjunto, designarão cooperados para ocuparem os cargos vagos, provisoriamente, pelo período máximo de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Nesse mesmo período deverá ser convocada uma Assembleia Geral para eleger novos administradores e/ou conselheiros fiscais, conforme o caso, cujo mandato será o equivalente ao tempo restante do mandato anterior.



§ 3º. Para que não haja vacância automática do cargo eletivo, na hipótese de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas e registradas em ata.

Art. 28. Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, podendo ser auxiliado por um Secretário *ad hoc*, que deverá ser um cooperado em pleno gozo de seus direitos ou um empregado da cooperativa, escolhido na Assembleia Geral, podendo, também, ser convidados os ocupantes dos cargos sociais para compor a mesa.

Parágrafo único. Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperado escolhido na ocasião, e secretariado por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 29. Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros cooperados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, dentre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 30. Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º. Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e demais membros do Conselho de Administração e os Conselheiros Fiscais, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º. O coordenador indicado escolherá, dentre os cooperados, um Secretário *ad hoc* para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo Secretário da Assembleia Geral.

Art. 31. As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do Edital de Convocação e os que com eles tiverem imediata relação.

§ 1º. Os assuntos que não constarem expressamente do Edital de Convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos depois de esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembleia Geral.

§ 2º. Para a votação de qualquer assunto na Assembleia deverão ser averiguados os votos a favor, depois os votos contra, e por fim as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% (cinquenta por cento) dos presentes, deverá o assunto ser melhor esclarecido, antes de ser submetido à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não for do interesse do quadro social.



§3º. As decisões das assembleias serão consideradas válidas quando contarem com a aprovação da maioria absoluta dos sócios presentes.

Art. 32. O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, e por uma comissão de 05 (cinco) cooperados designados pela Assembleia Geral.

Art. 33. As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos dos cooperados presentes com direito de votar, tendo cada cooperado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-parte.

§ 1º. Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 2º. Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

Art. 34. Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação de lei ou do Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia Geral tiver sido realizada.

b) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 35. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da Ordem do Dia:

I – prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a)** Relatório da Gestão;
- b)** Balanço Geral;
- c)** demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;
- d)** plano de atividade da Cooperativa para o exercício seguinte.

II – destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;

III – eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal;

IV – fixação dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

V – quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 37 deste Estatuto.

§ 1º. Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos incisos I (excluída a alínea “d”) e IV deste artigo.



§ 2º. A aprovação do relatório, do balanço e das contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por erro, dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste Estatuto.

c) ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 36. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Cooperativa, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Art. 37. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do Estatuto;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) mudança de objeto da sociedade;
- d) dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

d) ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL

Art.38. A Assembleia Geral Especial será realizada, no mínimo, uma vez por ano para deliberar, entre outros assuntos especificados no edital de convocação:

- a) gestão da Cooperativa;
- b) disciplina, direitos e deveres dos sócios;
- c) planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos firmados;
- d) organização do trabalho.

Parágrafo único: A Assembleia Geral Especial de que trata este artigo deverá ser realizada no segundo semestre do ano.

e) PROCESSO ELEITORAL

Art. 39. Sempre que for prevista a ocorrência de eleições em Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, com a antecedência, pelo menos idêntica ao respectivo prazo da convocação, criará um Comitê Eleitoral, composto de 3 (três) membros, todos não candidatos a cargos eletivos na Cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros da Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal.

§1º: Logo após a designação dos membros que comporão o Comitê Eleitoral, estes deverão se reunir com a finalidade de elegerem qual membro será o Coordenador do referido comitê.

§2º: O Coordenador a que se refere o parágrafo primeiro deste artigo será o representante oficial do Comitê Eleitoral, competindo ao mesmo a função de representar e proferir as decisões do citado Comitê.



Art. 40. No exercício de suas funções, compete ao Comitê Eleitoral:

- a) certificar-se dos prazos de vencimentos dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) divulgar entre os cooperados, através de circulares e outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;
- c) registrar os nomes dos candidatos pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais;
- d) verificar, por ocasião da inscrição, se existem candidatos sujeitos as incompatibilidades previstas no art. 43 deste Estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;
- e) organizar fichas contendo o currículo dos candidatos, nas quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperado na Cooperativa e outros elementos que os distingam;
- f) divulgar aos demais cooperados as informações constantes na alínea “e” deste artigo;
- g) realizar consultas e promover entendimentos para a composição de chapas ou unificação de candidaturas, se for o caso;
- h) estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperados no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões à Conselho de Administração, para que sejam tomadas as providências legais cabíveis.
- i) conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando, também, o cumprimento do Estatuto Social e decisões de Assembleias Gerais;
- j) tomar toda e qualquer decisão referente ao procedimento eleitoral, incluindo os casos omissos relativos a esse assunto.

§ 1º. O Comitê Eleitoral fixará prazo para a inscrição dos candidatos, de modo que os nomes dos candidatos possam ser conhecidos e divulgados, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias antes da Assembleia Geral em que serão procedidas às eleições.

§ 2º. Não se apresentando candidatos, ou havendo número insuficiente de candidatos, caberá ao Comitê Eleitoral proceder à seleção entre os interessados que atendam às condições exigidas, e que concordem com as normas e formalidades neste Estatuto.

Art. 41. O Presidente da Assembleia Geral suspenderá o trabalho desta para que o Coordenador do Comitê Eleitoral dirija o processo das eleições e a proclamação dos eleitos.

§ 1º. O transcurso das eleições e os nomes dos eleitos constarão da ata da Assembleia Geral.

§ 2º. Os eleitos para suprirem vacância no Conselho de Administração ou no Conselho Fiscal exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.



§ 3º. A posse ocorrerá sempre na Assembleia Geral em que se realizarem as eleições depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 42. Não se efetivando nas épocas devidas a eleição de sucessores, por motivo de força maior, os prazos dos mandatos dos membros dos órgãos de administração e fiscalização em exercício serão considerados automaticamente prorrogados, pelo tempo necessário, até que se efetive a sucessão, nunca além de 90 (noventa) dias.

Art. 43. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO

a) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 44. O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência privativa e exclusiva a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da Cooperativa ou de seus cooperados, nos termos da lei, deste Estatuto e das recomendações da Assembleia Geral.

Art. 45. O Conselho de Administração será composto por 05 (cinco) membros, todos cooperados no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 4 (quatro) anos, sendo obrigatória ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único. Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados no art. 43 deste Estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau em linha reta ou colateral.

Art. 46. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral tomando posse automaticamente quando for divulgado o resultado pela referida Assembleia.

Parágrafo único. O Conselho de Administração será composto de 05 (cinco) membros, ou seja, um Presidente, um Vice-presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor de Operações e um Diretor de Planejamento.

Art. 47. O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- a)** reúne-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do



próprio Conselho de Administração, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

- b)** delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, estando proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;
- c)** as deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas ao fim dos trabalhos pelos membros do Conselho de Administração presentes.

Parágrafo único. Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 06 (seis) reuniões durante o ano.

Art. 48. Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, as seguintes atribuições:

- a)** propor à Assembleia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da Cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- b)** avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c)** estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- d)** estabelecer normas para funcionamento da Cooperativa;
- e)** estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste Estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;
- f)** deliberar sobre a admissão, eliminação e exclusão de cooperados e suas implicações, bem como sobre a aplicação ou elevação de multas;
- g)** estabelecer a Ordem do Dia das Assembleias Gerais, quando for o responsável pela sua convocação, considerando as propostas dos cooperados nos termos dos parágrafos 1º e 3º do art. 7º deste Estatuto Social;
- h)** estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos negócios, criando cargos, atribuindo funções, e fixando normas para a admissão e demissão dos empregados;
- i)** fixar as normas disciplinares;
- j)** julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- k)** avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da Cooperativa;
- l)** fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;



- m)** contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria, conforme disposto no artigo 112, da Lei nº 5.764, de 16/12/1971;
- n)** indicar cooperativa(s) de crédito ou banco(s) nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da Cooperativa.
- o)** estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando, no mínimo, mensalmente o estado econômico-financeiro da Cooperativa, bem como o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;]
- p)** adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- q)** contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- r)** fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente da entidade;
- s)** zelar pelo cumprimento da legislação cooperativista e de outras aplicáveis, pelo atendimento da legislação trabalhista perante seus empregados, bem como da legislação fiscal.

§ 1º. O Presidente da Cooperativa providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com a antecedência mínima de 03 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais tenham que se pronunciar, sendo-lhes facultado, ainda, anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperados, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§ 2º. O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer funcionários graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas.

§ 3º. As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções.

Art. 49. Ao Presidente competem, dentre outros, os seguintes poderes e atribuições:

- a)** dirigir e supervisionar todas as atividades da Cooperativa;
- b)** baixar os atos de execução das decisões da Conselho de Administração;
- c)** assinar cheques, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro



- ou com o Diretor de Operações, dependendo do caráter da obrigação, se financeira ou de prestação de serviços, respectivamente;
- d)** convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, bem como as Assembleias Gerais dos cooperados;
 - e)** apresentar à assembleia Geral Ordinária:
 - I.** Relatório da Gestão;
 - II.** Balanço Geral;
 - III.** Demonstrativo das Sobras apuradas ou das Perdas verificadas no exercício e o Parecer do Conselho Fiscal.
 - f)** representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo e fora dele;
 - g)** representar os cooperados, como solidário com os financiamentos efetuados por intermédio da Cooperativa, realizados nas limitações da lei e deste Estatuto;
 - h)** elaborar o plano anual de atividades da Cooperativa;
 - i)** verificar periodicamente o saldo de caixa;
 - j)** acompanhar, juntamente com a Diretoria Administrativa e Financeira, as finanças da Cooperativa.

Art. 50. Compete ao Vice-Presidente, entre outras, as seguintes atribuições:

- a)** substituir o Presidente em caso de ausência ou afastamento, temporário ou não;
- b)** interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente;
- c)** ajudar no desenvolvimento da Cooperativa;
- d)** atendimento e apoio à clientes internos e externos;
- e)** ter participação nas decisões da Cooperativa.

Art. 51. Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro as seguintes funções:

- a)** superintender todos os serviços administrativos e financeiros da Cooperativa;
- b)** secretariar e lavrar as atas das reuniões do Conselho Administrativo e das Assembleia Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;
- c)** organizar a escrituração contábil e financeira da Cooperativa, elaborando o Plano de Contas;
- d)** assinar com o presidente, o balanço e a demonstração das contas de Receita e Despesa, com os balancetes mensais;
- e)** prestar informações verbais ou escritas aos conselhos sobre o estado financeiro da cooperativa e permitir-lhe o livre exame dos livros e haveres;
- f)** apresentar os balanços e balancetes mensais aos conselhos para apreciação;
- g)** guardar sob sua responsabilidade os valores e títulos de qualquer natureza pertencentes à cooperativa e responder por eles;



- h)** assinar cheques ou outros documentos juntamente com o presidente ou com o vice-presidente, no caso de impedimento de qualquer natureza do presidente, observando os ditames do art. 49, alínea C deste estatuto;
- i)** desempenhar outras atividades compatíveis e as que lhe forem atribuídas pelo presidente.

Art. 52. Compete ao Diretor de Operações as seguintes funções:

- a)** superintender todos os serviços associados ao relacionamento com os clientes da Cooperativa, incluindo portfólio de produtos, processos de consultoria e tabelas de preços de serviços;
- b)** superintender todas as atividades de gestão da Cooperativa relacionadas aos contratos de prestação de serviços, incluindo o acervo técnico da Cooperativa, as responsabilidades técnicas para os serviços, licitações e pesquisas de mercado;
- c)** superintender as atividades de comunicação institucional da Cooperativa;
- d)** assinar contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, juntamente com o presidente ou com o vice-presidente, no caso de impedimento de qualquer natureza do presidente, para as obrigações relacionadas à prestação de serviços da Cooperativa;
- e)** desempenhar outras atividades compatíveis e as que lhe forem atribuídas pelo presidente.

Art. 53. Compete ao Diretor de Planejamento as seguintes funções:

- a)** superintender as atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico da Cooperativa;
- b)** superintender o sistema de gestão da Cooperativa, incluindo o sistema de informações e atividades de auditoria técnica;
- c)** superintender as atividades associadas ao relacionamento com os cooperados, incluindo a captação de cooperados e o catálogo de cooperados;
- d)** superintender as atividades associadas à formação, educação e treinamento, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento profissional dos cooperados;
- e)** promover iniciativas de atualização tecnológica e inovação para os cooperados e de uso de tecnologia de ponta nos serviços prestados pela Cooperativa;
- f)** desempenhar outras atividades compatíveis e as que lhe forem atribuídas pelo presidente.

Art. 54. Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa, dolo ou má fé.

§ 1º. A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.



§ 2º. Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º. O membro do Conselho de Administração que em qualquer momento referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 4º. Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 5º. Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperado, a Cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperados escolhidos em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 55. Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da Cooperativa.

CAPÍTULO VII DO CONSELHO FISCAL

Art. 56. Os negócios e atividades da Cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos cooperados, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º. Para concorrer ao cargo de Conselheiro Fiscal, o associado deverá estar em pleno gozo de seus direitos e deveres, de acordo com os requisitos legais e estatutários.

§ 2º. Os cooperados não podem exercer cumulativamente cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

§ 3º. Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no art. 43 deste Estatuto, os parentes dos membros do Conselho de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até este grau.

Art. 57. Na primeira reunião do Conselho Fiscal de cada ano civil deverá ser eleito, dentre seus membros, um Presidente incumbido de convocar e dirigir as reuniões e um secretário para a lavratura de atas deste Conselho Fiscal, os quais exercerão o mandato até a próxima Assembleia Geral.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho Fiscal deverá ser substituído, em suas faltas ou impedimentos, pelo Conselheiro que venha a ser escolhido pelos seus pares.



Art. 58. O membro do Conselho Fiscal que, por motivo justificado não puder comparecer à sessão, deverá comunicar o fato ao Presidente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para efeito de convocação do respectivo suplente.

§ 1º. A comunicação deverá ser dispensada quando o suplente, devidamente notificado pelo membro efetivo, comparecer à sessão.

§ 2º. Quando a comunicação não ocorrer nos moldes do *caput* deste artigo, o Conselheiro Fiscal terá 10 (dez) dias, a contar da data em que sua ausência foi registrada, para se justificar, mediante exposição em reunião, ou em expediente do interessado ao Presidente do Conselho Fiscal.

§ 3º. O Conselheiro Fiscal que faltar, não poderá fazer jus ao recebimento de cédula de presença, instituída em Assembleia Geral, mesmo que a ausência seja justificada.

Art. 59. Deverá perder o mandato o membro que faltar, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, durante o ano civil.

Art. 60. No caso da vacância da função de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá automaticamente o lugar do titular.

Art. 61. No caso de ocorrerem três ou mais vagas no Conselho Fiscal, deverá haver imediata comunicação ao Conselho de Administração da Cooperativa, para as providências de convocação de Assembleia Geral para o devido preenchimento das vagas, respeitado o disposto nos parágrafos primeiro, segundo e terceiro do artigo 27 deste estatuto.

Art. 62. O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 03 (três) dos seus membros.

§ 1º. As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 2º. Na ausência do Presidente será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.

§ 3º. As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, por 03 (três) membros do Conselho Fiscal presentes, indicados pela Assembleia Geral.

Art. 63. Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe entre outras, as seguintes atribuições:

- a) elaborar o seu Regimento Interno, caso seus membros julguem necessário;



- b)** conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- c)** verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- d)** examinar se o montante das despesas e inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões da Conselho de Administração;
- e)** verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- f)** examinar e emitir pareceres sobre o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- g)** examinar e emitir pareceres sobre as propostas de orçamentos anuais e plurianuais, o balanço geral e demais demonstrações financeiras;
- h)** propor o estabelecimento de rotinas e prazos de apresentação de balancetes, balanços, demonstrativos financeiros e prestação de contas;
- i)** recomendar ao Conselho de Administração da cooperativa o aprimoramento e correções necessárias ao bom desempenho nos setores contábil, financeiro e orçamentário;
- j)** verificar se a cooperativa estabelece privilégios financeiros a detentores de cargos eletivos, funcionários e terceiros;
- k)** verificar se os associados estão regularizando os compromissos assumidos na cooperativa nos prazos convencionados;
- l)** averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados;
- m)** certificar-se se o Conselho de Administração se reúne regularmente, e se existem cargos vagos na sua composição;
- n)** inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- o)** averiguar se há problemas com empregados;
- p)** certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, e, inclusive, quanto aos órgãos do cooperativismo;
- q)** averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- r)** examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo Parecer sobre estes para a Assembleia Geral;
- s)** dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando àquele órgão e à Assembleia Geral as irregularidades constatadas, convocando Assembleia Geral;
- t)** convocar Assembleia Geral.



§ 1º. Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperados e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração.

§ 2º. O Conselho Fiscal, quando necessário, poderá requerer assessoramento técnico especializado, cuja autorização e contratação caberá ao Conselho de Administração. Em caso de negativa, poderá a solicitação ser encaminhada a deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 64. A Cooperativa deverá, além de outros, ter os seguintes livros:

- a)** com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Presidente:
 - I.** matrícula;
 - II.** presença de cooperados nas Assembleias Gerais;
 - III.** atas das Assembleias;
 - IV.** atas da Conselho de Administração;
 - V.** atas do Conselho Fiscal.
- b)** autenticados pela autoridade competente:
 - I.** livros fiscais;
 - II.** livros contábeis.

Parágrafo único. É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

Art. 65. No Livro de Matrícula os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão dele constando:

- a)** o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, registro no CREA-MG e residência dos cooperados;
- b)** a data de sua admissão, e quando for o caso, de sua demissão, eliminação ou exclusão;
- c)** a conta corrente das respectivas quotas-parte do capital social;
- d)** assinatura de duas testemunhas.

CAPÍTULO IX DO BALANÇO GERAL, DESPESAS, SOBRES, PERDAS E FUNDOS

Art. 66. A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 67. Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

§ 1º. As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo.



§ 2º. As sobras líquidas nos termos deste artigo, serão distribuídas da seguinte forma:

- a) 10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva;
- b) 5% (cinco por cento) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES.
- c) 5% (cinco por cento) ao Fundo de Investimento, cuja destinação é a de suprir as necessidades de desenvolvimento das atividades da Cooperativa, como investimento em novas tecnologias e outros.

§ 3º. O destino das sobras líquidas apuradas no exercício, depois de deduzidas as taxas nas alíneas “a” e “b” do parágrafo 2º deste artigo, será decidido em Assembleia Geral.

§ 4º. O rateio dos resultados negativos será decidido pela Assembleia Geral.

Art. 68. O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras:

- a) os créditos não reclamados pelos cooperados, decorridos 05 (cinco) anos;
- b) os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 69. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destina-se à prestação de serviços aos cooperados e seus familiares, assim como aos empregados da própria Cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas.

§ 1º. Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste Fundo, durante dois anos consecutivos, será procedida a revisão dos planos de aplicação, devendo a Assembleia Geral seguinte ser informada e fazer as recomendações necessárias ao cumprimento das finalidades objetivadas.

§ 2º. Revertem em favor do FATES, além da percentagem referida na alínea “b” do § 2º do art. 67, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades nas quais os cooperados não tenham tido intervenção.

§3º. Os Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social, são indivisíveis.

Art. 70. A Cooperativa constituirá um Fundo de Descanso Semanal, previsto no artigo 7º, alínea “h” deste Estatuto Social, para os cooperados, que terá por objetivo provisionar recursos financeiros para serem utilizados pelos mesmos no repouso semanal remunerado.

Art. 71. A Cooperativa constituirá um Fundo de Descanso Anual, no artigo 7º, alínea “i” deste Estatuto Social, para os cooperados, que terá por objetivo provisionar recursos financeiros para serem utilizados pelos mesmos no repouso anual remunerado.



Art. 72. Além do Fundo de Reserva, FATES, Fundo de Descanso Semanal, Fundo de Descanso Anual, a Assembleia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, tais como os previstos no artigo 7º, alíneas “f”, “j”, “k” e “l”, deste Estatuto, fixando o modo de formação aplicação e liquidação.

CAPÍTULO X DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 73. A Cooperativa se dissolverá de pleno direito:

- a) quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os cooperados, totalizando o número mínimo de 07 (sete) dos cooperados não se disponham a assegurar a continuidade da Cooperativa;
- b) devido à alteração de sua forma jurídica;
- c) pela redução do número de cooperados a menos de sete ou do capital social em patamar inferior ao mínimo, se até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos;
- d) pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 74. Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes, e um Conselho Fiscal composto por 03 (três) membros para proceder à liquidação.

§ 1º. A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos.

§ 2º. O liquidante deve proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da Legislação Cooperativista.

Art. 75. Quando a dissolução da Cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no art. 73, essa medida poderá ser tomada judicialmente.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 76. Fica inelegível para qualquer cargo em Cooperativa de Trabalho, pelo período de até 5 (cinco) anos, contado a partir da sentença transitada em julgado, o sócio, dirigente ou administrador condenado pela prática das fraudes elencadas no artigo 18 da Lei nº 12.690/12.

Art. 77. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final. O início da contagem se dará sempre em dia útil.

Art. 78. A cooperativa tem poder para agir como substituta processual de seus associados, na forma do art. 88-A, da Lei nº 13.806/2019.



Art. 79. Qualquer controvérsia entre a Cooperativa e seus cooperados ou entre os cooperados e a Cooperativa, originária do presente estatuto social, normas internas, regimentos internos ou resoluções internas, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será submetida obrigatoriamente à Mediação, administrada pela CAMINAS – Câmara Mineira de Arbitragem Empresarial, de acordo com o seu Regulamento de Mediação, a ser coordenada por Mediador indicado na forma das citadas normas. A controvérsia não resolvida pela mediação, conforme a cláusula de mediação acima, será resolvida de forma definitiva, por Arbitragem, a ser instaurada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CAMINAS – Câmara Mineira de Arbitragem Empresarial, por 1 (um) Árbitro, nomeado na forma do referido Regulamento. A arbitragem terá sede na cidade de Belo Horizonte/MG, estará sujeita às leis do Brasil, e será conduzida no idioma Português.

Art. 80. As partes elegem o Foro Central da Comarca de Belo Horizonte/MG, para eventual execução da sentença arbitral ou seu questionamento, na forma do disposto nos artigos 31 e 33 da Lei 9.307/96 (Lei Brasileira de Arbitragem).

Art. 81. Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral desta Cooperativa de acordo com os princípios doutrinários e legais.

Estatuto Social da Cooperativa de Trabalho de Engenharia e Agronomia - ENGELOOP-MG, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de março de 2019.

Júnia Márcia Bueno Neves

Presidente





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/249.536-4	J193171806225	10/06/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
359.876.696-34	JUNIA MARCIA BUENO NEVES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - ENGELOOP-MG, de nire 3140005755-2 e protocolado sob o número 19/249.536-4 em 10/06/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7344787, em 12/06/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
359.876.696-34	JUNIA MARCIA BUENO NEVES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
359.876.696-34	JUNIA MARCIA BUENO NEVES

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
359.876.696-34	JUNIA MARCIA BUENO NEVES

Belo Horizonte. Quarta-feira, 12 de Junho de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
656.704.266-49	EDINEIA MARIA DE SOUZA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. Quarta-feira, 12 de Junho de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7344787 em 12/06/2019 da Empresa COOPERATIVA DE TRABALHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - ENGECOOP-MG, Nire 31400057552 e protocolo 192495364 - 10/06/2019. Autenticação: B91965509120888CEE26851E1A4811E1A8B1CA0. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/249.536-4 e o código de segurança qZqN Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 39/39